

1.3. Sistemas de ensino e a construção do estado-nação.

Origem e desenvolvimento das políticas de escolarização coerciva.

1.4. As ideologias da educação: modernidade, romantismo e nacionalismo.





John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arno, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

Quatro perspectivas teóricas para explicar a escolaridade obrigatória:

1. Perspectiva funcionalista: uma visão positiva da escolarização como fonte de solidariedade social e de preparação para a vida ativa.

Durkheim: o desenvolvimento da divisão do trabalho exigia o reforço de laços sociais e de uma identidade colectiva que deixou de ser automática (solidariedade mecânica) ou inerente à estrutura social. A escola emergiu como um equivalente funcional da religião na sociedade tradicional.

T. Parsons: A escola enquanto instituição veiculadora de valores sociais. A progressiva diferenciação social exigia uma socialização regulada e formal que a família já não conseguia assegurar, como na sociedade tradicional.



John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arno, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

Quatro perspectivas teóricas para explicar a escolaridade obrigatória:

2. *Perspectiva conflitual*: a escolarização como mecanismo de controlo social e de dominação das classes sociais inferiores.

A escolarização surgiu para inculcar disciplina no trabalho, patriotismo e para legitimar a posição de privilégio dos estratos superiores e transmitir as competências indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho num sistema capitalista. A escolarização era um factor de coesão e de reprodução dos mecanismos de dominação social.



John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arno, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

Quatro perspectivas teóricas para explicar a escolaridade obrigatória:

3. *Perspectiva modernizadora*: a escolarização pode não constituir uma necessidade funcional, mas pode contribuir para o desenvolvimento económico e para os processos de modernização social, assumindo um papel central nos programas de modernização. Entende a escolarização como um dos factores que proporcionou o desenvolvimento da sociedade industrial e do crescimento económico verificado.

A escolarização representou um factor de libertação das massas populares dos constrangimentos culturais e sociais da sociedade tradicional.

Uma visão positiva da teoria do conflito e do controlo social.



John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arnove, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

Quatro perspectivas teóricas para explicar a escolaridade obrigatória:

4. *Perspectiva credencialista*: a escolarização não existe só para socializar as crianças, mas constitui um campo de competição entre vários grupos de status:

Randall Collins: As escolas fornecem credenciais (diplomas) que proporcionam o acesso a status e ocupações profissionais e sociais mais elevados. Nesta perspectiva o desenvolvimento da escolarização resulta da competição para ocupar de forma legítima e regulada diferentes posições de status.



John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arnove, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

Quatro perspectivas teóricas para explicar a escolaridade obrigatória: mas porquê o recurso à coerção?

1. A perspectiva funcionalista considera que o problema da integração e da coesão social se tornou de tal forma problemática que só a ação coerciva poderia garantir esses objetivos.
2. A perspectiva do controlo social, valoriza a necessidade de reprodução dos mecanismos de dominação das elites e da legitimação das desigualdades
3. Na perspectiva da modernização, a escolarização era o mais eficaz mecanismo de romper com os efeitos bloqueadores da sociedade tradicional. Quanto mais alargada fosse essa escolarização, mais rápida seria a modernização.
4. Na perspectiva credencialista, a escolaridade obrigatória não é explicada dado que a escolarização deveria decorrer da ação voluntária e não da coerção. Quando à coerção esta corrente tende a aproximar-se da perspectiva do controlo social e do conflito.



John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arno, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

A teoria à prova da evidência

1. A escolaridade obrigatória surgiu, nas suas primeiras manifestações, no mundo ocidental dos séculos XVII e XVIII, no seio de sociedades predominantemente agrárias e muito antes de qualquer processo de desenvolvimento moderno.
2. Em sociedades que de forma pioneira foram marcadas por processos de industrialização e modernização, o processo de adoção da escolaridade obrigatória e de escolarização massificada foi relativamente tardio (Holanda 1902, Inglaterra 1880, França 1882).
3. Se é verdade que a escolarização promoveu os valores da autoridade, da disciplina, do patriotismo, etc., também é verdade que desenvolveu valores e atitudes de inconformismo, autonomia individual, igualdade e justiça que causaram diferentes e frequentes problemas às elites dominantes.



John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arno, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

Uma interpretação da escolarização compulsiva e de massas:

1. A escolarização como uma consequência do desenvolvimento da cultura ocidental assente nos valores comuns do cristianismo.
2. A escolarização como instrumento de progresso, entendido como “aperfeiçoamento humano” face ao desenvolvimento tecnológico e à concepção da indivíduo como entidade moral, económica, cívica, social e cultural. A glorificação de Deus deu lugar à glorificação do projeto humano autónomo, enquanto a “salvação da alma” deu lugar à expansão das capacidades e à formação da personalidade do indivíduo. A derradeira fonte do valor e da autoridade passou de Deus para a Humanidade.
3. A transformação cultural do Ocidente: a sociedade feudal assentava em grupos corporativos entendidos como “coisas” tangíveis (família, a comunidade aldeã, a cidade, a corporação profissional, a igreja, a universidade, o mosteiro, a ordem, etc. Estes grupos e comunidades (colectividades) deram lugar a dois níveis preponderantes: o indivíduo e a nação, por entre os quais emergiram novas formas de organização social – associações, voluntariado, empresas, profissões, cuja autoridade deriva ou da vontade do indivíduo ou da autoridade nacional.



John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arnove, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

Uma interpretação da escolarização compulsiva e de massas:

4. O estado emergiu como instrumento fundamental na construção da nação: o estado-nação foi encarregado de assegurar que as condições da iniciativa individual pudessem contribuir para garantir o progresso da sociedade.
5. A tensão permanente entre direitos e deveres do indivíduo para o Estado e a Nação, estes para com o indivíduo: a ideia de cidadania como fundamento da escolaridade obrigatória.
6. A educação como valorização individual e contributo para o progresso e desenvolvimento colectivo.
7. A socialização das crianças não é o propósito essencial da escolarização, nem a escola é suficientemente eficaz e relevante para a preparação das crianças para o mundo adulto.
8. *Indução cerimonial* – A escolarização serve como um rito de iniciação alargado que transforma simbolicamente crianças em indivíduos aprimorados e autorizados a participar na moderna economia, política, sociedade, etc.
9. A escolaridade obrigatória encerra a *construção simbólica do cidadão* competente e leal que é suposto assegurar o sucesso do estado e da política nacional.



John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arnove, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

Três fases da escolarização compulsiva e de massas:

1. Século XVII – a **escolaridade obrigatória sem massificação**: emergência e desenvolvimento associado às igrejas nacionais protestantes. Uma educação de base religiosa e familiar, mas tendencialmente individualista, racionalizada e associada à emergência das políticas nacionais.
2. Século XVIII – emergência da **escolaridade massificada**: um curriculum de base religiosa, mas com preocupação de socialização, constituindo-se como alternativa e complemento à família, mais disciplinada e racionalizada.
3. Século XIX – desenvolvimento da **escolaridade obrigatória massificada**: A obrigação parental de educar foi transformada no dever de colocar as crianças nas escolas autorizadas e reguladas pelo Estado. O século XIX foi por excelência a *Era do Progresso*, cuja ideologia associada à do nacionalismo, promoveu a laicização progressiva da escola concretizando o ideal do *progresso* de “construir o céu na Terra”, com o Estado a assumir um papel cada vez mais ativo e expansivo na gestão da sociedade.



John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arnove, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

A escolarização compulsiva e de massas – síntese:

Um fenómeno transnacional

Uma consequência do desenvolvimento da cultura ocidental

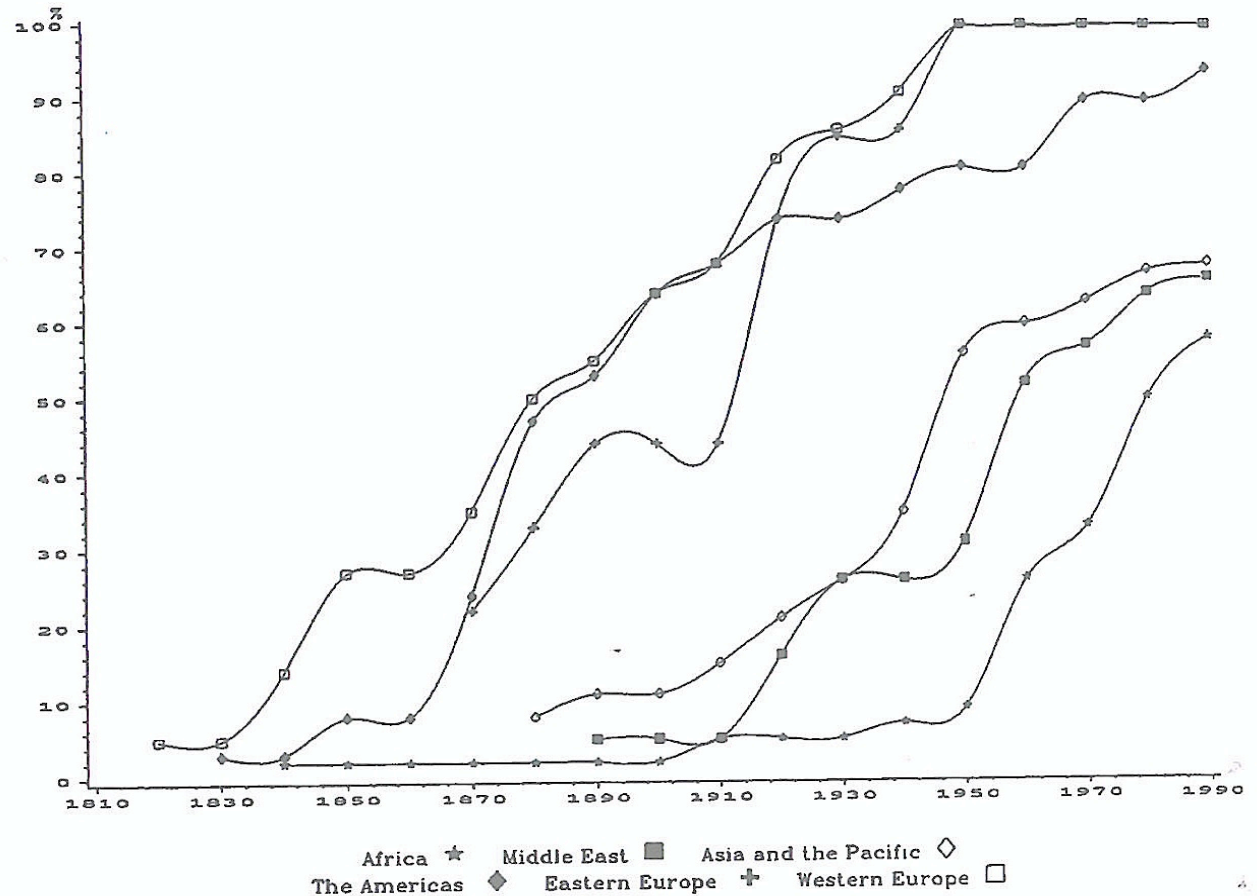
Uma expressão emergente da cidadania e do estado-nação

John Boli & Francisco Ramirez

“Compulsory Schooling in the Western Cultural Context”

In Robert Arno, Philip Altbach, Gail Kelly (Editors), *Emergent Issues in Education. Comparative Perspectives*, N. York, State University of New York Press, 1992

FIGURE 2.1
Cumulative Proportion of Countries which Passed First Compulsory Rule,
by Decade of Passage, for Major World Regions (base is 1980s count, by region)



Sources. Data on compulsory rule passage come primarily from the World Survey of Education (UNESCO, 1955-71) augmented by various historical sources (see Ramirez and Ventresca, 1990).